

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 29.06.2006

Ponto 4. **EDUCAÇÃO**

. SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

. PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

. PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS
ALUNOS DO 1.º CEB

4.1. Participação Familiar - 2006/2007

4.2. Acordos de Cooperação - 2006/2007

Ponto 5. **EDUCAÇÃO**

. PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES
DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB

- Acordo de Cooperação - Protocolo (Tipo)

Ponto 6. **CULTURA**

. IV CICLO DE TEATRO DO CONCELHO DE SOURE/2006

Ponto 7. **HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. CASAS MORTUÁRIAS - DAS FREGUESIAS

- Participações/2006 (1)

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

Ponto 8. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

- . CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS
- . EE em Gabrielos - Granja do Ulmeiro
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 9. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Foral - Recursos Humanos – Formação / SIG
 - Implementação do Projecto SIG
 - Adjudicação

Ponto 10. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Foral - Recursos Humanos – Formação / DIQUAL QASST
 - Implementação e Certificação dos Sistemas de Gestão Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho
 - Adjudicação

Ponto 11. SUSPENSÃO DE MANDATO

- . Apreciação de Pedido

Ponto 12. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente iniciou a reunião, informando que o Senhor Vereador Eng.º Aurindo Ribeiro Marques dos Santos não iria estar presente, por motivo justificado.

O Senhor Presidente continuou, dando nota do seguinte:

* CHEIAS

- Era inevitável que hoje falássemos sobre a bátega de água que se fez sentir nas últimas 48 horas, um pouco por todo o País, mas, em particular, no nosso Concelho.

De facto, a situação, ontem e anteontem, criou problemas um pouco por todo o Concelho; o Rio Ega, que também costuma levantar problemas, designadamente nas Freguesias de Figueiró do Campo e Granja do Ulmeiro, foi “entrando” livremente, mas já o Rio Arunca, designadamente nas partes baixas da Sede do Concelho, nalguns lugares da Freguesia de Soure - Sobral e Simões -, na Freguesia de Vila Nova de Anços e também nas zonas limítrofes da Freguesia da Gesteira provocou um conjunto alargado e variado de problemas.

Não foi, formalmente, accionado o Plano Municipal de Emergência, mas é evidente que, desde a primeira hora, disponibilizámos os nossos recursos humanos, os nossos meios técnicos, em articulação com o Comando do Corpo Activo dos Bombeiros Voluntários de Soure, para atenuar e apoiar as populações mais directamente afectadas com esta intempérie.

Como também é do conhecimento público, ontem, sensivelmente, às oito horas da manhã, “apanhámos” um susto muito grande que, felizmente, não virou tragédia, com um dos nossos autocarros municipais, no âmbito de um dos circuitos de Transportes Escolares.

Aconteceu que um autocarro com crianças entrou, na ligação Simões/Netos, numa estrada que já teria alguma água e foi empurrado contra as árvores pela força da água, criando uma situação difícil, de todos conhecida mas em que importa realçar a intervenção pronta dos Bombeiros Voluntários; importa também realçar, que os serviços de apoio social, cerca de trinta a quarenta minutos depois, já estavam a contactar crianças e famílias, tendo sido despoletado todo um serviço de acompanhamento e de apoio regular que está, esteve e estará no terreno durante o período considerado necessário e adequado para cada caso.

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

* SAÚDE

- Conforme o anteriormente acordado, adiantei ao Senhor Director do Centro de Saúde de Soure que se justificaria uma reunião urgente com o Executivo... mantive uma reunião de trabalho com ele e, depois, com a Senhora Coordenadora da Sub-Região e com o Senhor Presidente do Conselho de Administração da ARS do Centro, no sentido de procurar clarificar um conjunto de aspectos... Daí tendo resultado a emissão de um Comunicado, que hoje estará a ser distribuído por todos os utentes, de leitura rápida, afigurando-se que, podendo nós com ele concordar ou dele discordar, pelo menos ficamos a perceber o que se pretenderá em termos de funcionamento no Concelho, na área da Saúde.

Basicamente, aquilo que é dito é que a partir de 30 de Outubro a intenção é a seguinte: que continuem a funcionar, nos horários estabelecidos, as oito Extensões de Saúde; que, para já, em Soure, a Consulta Alargada, que tinha sido implementada das 08.00 horas às 22.00 horas e aos Sábados, Domingos e Feriados, das 10.00 horas às 18.00 horas é como que substituída por uma nova Unidade de Saúde Familiar, que, teoricamente, terá como objectivos, promover uma maior proximidade aos utentes, uma melhor acessibilidade e que não haja listas de espera; Unidade de Saúde Familiar essa que seria fundamentalmente dirigida para as Freguesias da Serra, Vinha da Rainha, Samuel, Brunhós, Gesteira e Soure, sendo que, com a entrada em funcionamento da Unidade de Saúde Familiar na Sede do Concelho, poder-se-á equacionar o funcionamento de uma Consulta Alargada centralizada na Granja do Ulmeiro e que serviria, grosso modo, as Freguesias de Alfarelos, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, não tendo ficado completamente definido nem claro, onde é que neste “modelo” caberia Vila Nova de Anços...

No dia 24 deste mês, Terça-feira, estiveram dez Presidentes de Câmara reunidos, na Câmara Municipal da Figueira da Foz, com o Senhor Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. No fundo, foi uma reunião em que a equipa de trabalho que tem vindo a desenvolver aquela que, tudo aponta, venha a ser a proposta final para a operacionalização de uma Plataforma Empresarial e Logística Poli-Nucleada centrada no Porto da Figueira da Foz.

No fundo, foi uma “operação” de apresentação, sensibilização, junto do Presidente da Comissão de Coordenação Regional do Centro para que num dos seis Eixos que se prevê venham a integrar o próximo Quadro Comunitário de Apoio, o

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

investimento que lhe está subjacente pudesse vir a ser contemplado. Foi uma reunião de apresentação, não conclusiva, em que se percebeu que o Senhor Presidente da CCDRC estará sensibilizado para o interesse regional deste tipo de aposta mas da qual não é manifestamente possível retirar quaisquer conclusões concretas ou objectivas até porque há um conjunto de questões de pormenor, essenciais, em termos do próximo Quadro Comunitário de Apoio, que não estarão ainda completamente definidas e isso foi visível pela resposta, muito genérica, que terá sido a resposta possível, dada pelo Presidente da CCDRC.

Na última reunião da Comissão Distrital de Segurança Rodoviária, no final de Setembro, foi tomado conhecimento que a estatística Distrital evidencia uma redução do número de acidentes, de 2400 para 2102 (12%); o número de mortos reduziu de 29 para 19 (34%); o número de feridos graves e feridos ligeiros também diminuíram. No caso do Concelho de Soure, a variação foi ainda mais favorável: o número de acidentes baixou 20%; o número de mortos manteve-se, o número de feridos graves baixou 50%, e o número de feridos ligeiros baixou também.

Nessa reunião, onde esteve presente o Senhor Chefe de Gabinete Américo Nogueira, foi apresentado um Protocolo, acordado entre o Governo Civil e a Direcção Regional de Educação, que terá como objectivo implementar um projecto de formação cívica da população escolar em todas as Escolas Básicas do Distrito. Além disso, foi distribuída para reflexão, aos representantes dos Municípios que integram esta Comissão Distrital de Segurança Rodoviária, uma Carta de Compromisso para Uniformização da Sinalização Rodoviária no Distrito. O que terá sido concluído é que não há, propriamente, um instrumento eficaz que harmonize e adeque a colocação de toda a sinalização de forma uniforme no Distrito, portanto, a ideia é a constituição de um Grupo de Trabalho que diagnosticará, avaliará e proporá, durante o ano de 2007, um conjunto de regras a adoptar de forma genérica em todo o Distrito, por forma a que haja uniformização da sinalização rodoviária, e com isso, tentar baixar a sinistralidade e os efeitos daí decorrentes.

Em termos de proximidade, estivemos presentes no XII Aniversário do Grupo Folclórico e Etnográfico de Alfarelos, Secção da Associação 1.º de Maio Alfarelense, que decorreu com grande adesão e que, acima de tudo, evidenciou uma forte dinâmica.

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “dar nota do falecimento de uma pessoa que, independentemente das nossas concordâncias político-partidárias ou não, no nosso entender, pertence e é uma pessoa de nomeada no Concelho, e refiro-me ao Dr. Barrilaro Ruas, que também foi Presidente desta Câmara, ainda que por pouco tempo.

Nesse sentido, e porque nestas ocasiões mais dolorosas é necessário alguma solidariedade, apresentava um Voto de Pesar para o qual pedia, não só o vosso voto mas também um minuto de silêncio em memória deste nosso conterrâneo e da família que tanta importância tem na Freguesia da Gesteira e no Concelho de Soure.”

Foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Barrilaro Ruas.

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou, dizendo: “relativamente às cheias, de facto, há situações que devemos prevenir e não o tendo feito, devemos tomá-las como uma lição para o futuro no sentido de não se repetirem alguns erros. O que aconteceu ao longo do País veio, de facto, demonstrar que o Ordenamento do Território ainda tem um longo caminho para percorrer e o que se verifica é que se continua a construir leitos de cheia, o que leva a que muitas das situações mais graves que ocorrem, aconteçam por esse facto, de modo que a minha sugestão é que todos tiremos a lição de que estes trágicos acontecimentos nos devem também servir para percebermos como é que, de futuro, poderemos actuar.

Relativamente ao acidente com o autocarro, deixar aqui uma palavra de grande solidariedade e um obrigado aos Bombeiros Voluntários de Soure que num esforço que se verificou bastante grande e, sobretudo, com uma carga emocional muito grande, conseguiram evitar uma tragédia que a ter acontecido, a todos nós nos preocuparia e também aqui devemos tirar lições para o futuro, saber como podemos melhorar os serviços que prestamos... e como o Senhor Presidente disse, está aberto o inquérito que averiguará as circunstâncias em que tal ocorreu.

Outro assunto é relativamente ao Centro de Saúde de Soure. Isto parece um folhetim com muitos episódios, infelizmente parece mesmo uma telenovela porquanto, de episódio para episódio, as mudanças não são grandes e parece que nos andam a enrolar para um determinado fim que nós não sabemos qual é. Recordo-me que numa das reuniões que tivemos na ARS, em que esteve presente o Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro, nos foi dito que aquela reunião era feita porque gostaria de, em diálogo, encontrar as melhores

*20.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

soluções para os problemas que foram surgindo. Neste momento, houve o desenrolar dos acontecimentos que todos nós sabemos, é um tema que já debatemos aqui por diversas vezes, se calhar ainda não com os frutos que desejaríamos mas já foi aqui debatido; também foi solicitada uma reunião com o Senhor Director do Centro de Saúde no sentido de nos esclarecer algumas coisas e fomos confrontados, neste momento, com um Comunicado que, pese embora todas as explicações que Vossa Excelência deu, nos deixa ainda mais confundidos e, se calhar, mais perplexos relativamente ao futuro, porquanto, pode ser que, com esta leitura apressada e feita em cima da hora, não me traga a clarividência que um estudo mais aprofundado poderia trazer, o que acontece é que verificamos que está a ser criada uma Unidade de Saúde Familiar em Soure que irá abranger as Freguesias de Brunhós, Gesteira, Soure e Tapeus; é verdade que o último parágrafo diz que continuarão a funcionar, nos horários estabelecidos, as Extensões de Saúde, mas não estabelece em que condições, com que meios humanos... A partir de 30 de Outubro a Consulta Alargada, aquilo que vem substituir o SAP, aquela em que as pessoas não têm médico de família, que não têm consulta marcada, que está ultrapassado o número de vagas em aberto têm que se deslocar para a Granja do Ulmeiro... é o que aqui está, o que quer dizer que durante os dias da semana, se alguém não tiver as consultas, ter-se-á que deslocar à Granja do Ulmeiro. Isto para dizer o quê? Para dizer que, de facto, não compreendemos a ausência do Senhor Director do Centro de Saúde que muito gostaríamos que estivesse presente porquanto presencialmente se esclarecem algumas dúvidas que um Comunicado, por si só, não consegue esclarecer.

Posso estar a entender mal mas com o desenrolar dos folhetins desta telenovela, queremos crer que esta situação, que já na última reunião referimos que é o hipotético encerramento de algumas Extensões de Saúde, seja o fim que se anuncia com estas Unidades de Saúde Familiar, posso estar errado mas é esta a leitura que se depreende deste Comunicado e portanto era importante que um esclarecimento, de viva voz, que um confronto de ideias com um conjunto de respostas às perguntas que ainda temos, pudesse ser realizada por quem de direito e não só de um aviso aos utentes, que eu espero que seja só isso e que não seja a substituição dessa reunião que solicitámos com o Senhor Director do Centro de Saúde.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “para que fique claro, enquanto Presidente de Câmara, a última coisa que me competiria ou a que me prestaria era, estar aqui a justificar qualquer política nacional de qualquer Governo, ou a justificar a ausência de qualquer Director do Centro disto ou daquilo... não é isso que me

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

motiva, não é isso que procuro fazer... No entanto, importa clarificar o seguinte: o Senhor Director do Centro de Saúde só não está hoje aqui porque tinha uma reunião marcada, hoje mesmo, em Coimbra, no acompanhamento da questão da contratualização da Unidade de Saúde Familiar.

Independentemente de concordarmos ou discordarmos das políticas nacionais, também com reflexo no Concelho de Soure, que estão a ser adoptadas, basicamente o que nos tem preocupado é isto: encerrou-se o SAP - Serviço de Atendimento Permanente, sendo que das 22.00 horas da noite às 8.00 horas da manhã, ficamos sem qualquer resposta e não poderíamos estar de acordo com isso; já no outro período, que não este, criaram um serviço a que deram o nome de Consulta Alargada e que, em teoria, terá vindo substituir, desde o encerramento, o funcionamento diurno do antigo SAP e aquilo que me foi explicado é que com este programa de Unidades de Saúde Familiar houve um conjunto de médicos que apresentou uma candidatura e que com a sua entrada em funcionamento, em teoria, e digo em teoria porque não sou especialista e quero avaliar primeiro para me pronunciar depois, deixa de fazer sentido a Consulta Alargada porque se uma Unidade de Saúde Familiar é para dar maior proximidade, melhor acessibilidade aos utentes e para garantir o atendimento no próprio dia, não faria sentido estar na mesma unidade a funcionar a Consulta Alargada... Em termos práticos, isto quererá dizer que a Consulta Alargada que existia aqui na Sede do Concelho é substituída pela Unidade de Saúde Familiar e, nas horas em que esta está a funcionar, haverá Consulta Alargada na Granja do Ulmeiro.

Não estou a dizer que acredito no “modelo”, pronunciar-me-ei sobre a sua eficácia ou falta dela, no momento próprio, com a mesma isenção que os Senhores Vereadores. Portanto, em teoria, estamos a somar, daí que, aparentemente, teremos um sistema assente nas oito Extensões de Saúde, com um médico em permanência, nuns casos nos cinco dias da semana quando o número de utentes é superior a 1300 e quando está entre 1000 e 1300, quatro dias por semana, e aqui na sede do Concelho haverá a entrada em funcionamento da Unidade de Saúde Familiar e, ao mesmo tempo, “deslocam” a Consulta Alargada para a Granja do Ulmeiro...

Só estou a procurar retransmitir o que me foi explicado... Não estou a defender qualquer tipo de política nem de solução...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “louvo-lhe o esforço de tentar interpretar a política do Governo, na área da Saúde, aplicada ao Concelho de Soure e louvo-lhe o esforço em tentar explicar-nos aquilo que dificilmente é explicável.

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

Confesso que ao ler este aviso aos utentes, fiquei com algumas dificuldades de compreensão porque não o percebo. Naturalmente, este aviso seria muito mais eficaz se fosse um aviso aos linguistas ou aos crédulos porque esses, certamente, saberiam interpretar bem o que está aqui porque confesso, e estou a falar isto com total desejo para contribuir para o esclarecimento, que não percebo o que está aqui escrito. Acho aqui uma salganhada da pior espécie, uma mistura de Consultas Alargadas com Atendimentos Complementares, com Unidades de Saúde Familiar, com Extensões de Saúde... tudo no mesmo Concelho. Qualquer “extraterrestre” que passasse por aqui julgaria que isto é um modelo de grande eficácia quando nós sabemos que não é.

Este aviso, e certamente entenderá aquilo que vou dizer, confunde mais do que explica e digo-lhe mais, daqui a pouco vou ali à minha terra, vou dar isto à minha avó, tem 85 anos, e ela vai ficar ainda mais confusa do que eu e eu rezo para que ela nunca adoça porque vai ter dúvidas em saber para onde ir, se para a Vinha da Rainha, se para Soure, se para a Granja do Ulmeiro... espero que o motorista da ambulância não tenha tantas dúvidas como a minha avó porque senão a coisa complica-se. Por isso, gabo-lhe a si a paciência, compreendo o papel que está a desempenhar e como entendo que isto é, naturalmente, uma situação que envolve todos os Municípios e nós temos aquilo que é chamado um pacto de entendimento global no que diz respeito à defesa da Saúde das nossas populações. Nem vou comentar isto, aguardo serenamente que venha cá o Senhor Director do Centro de Saúde para que ele me explique o que está aqui escrito porque confesso que já deixei de estudar há uns anos e agora vejo-me com alguma dificuldade em interpretar este texto.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “gostaria de agradecer ao Senhor Vereador o humor negro que faz, eu apoio, mas consegue fazê-lo em relação a um assunto desta natureza e realmente é só esse que é possível ser feito e eu gostava de dizer que a Unidade de Saúde Familiar, neste comunicado, passa a ter um horário das 08.00 horas às 20.00 horas; a Consulta Alargada passa a ter um horário das 08.00 horas às 22.00 horas. Como a Consulta Alargada passa para a Granja do Ulmeiro significa que o Centro de Saúde vai encerrar duas horas mais cedo, ainda ficamos pior, e começa a Granja do Ulmeiro a encerrar às 22.00 horas, é o que se retira da leitura do comunicado.

Hoje, das 9.00 horas às 12.40 horas, estivemos reunidos com a Direcção do Centro de Saúde, não quero abordar aqui o conteúdo da reunião porque, logicamente e como compreendem, terá que ser primeiro na reunião da Comissão de Utesntes de

*20.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

que faço parte, mas gostaria de dizer o seguinte: primeiro, realçar aqui, e não lhe faço isso para me agradecer nem por hipocrisia mas sim porque sinto, a política de Saúde deste Governo, não lhe chamo desastrosa, ela é propositada, não foi anunciada mas sabemos que vai ser do pior que vai haver; põe todos os nossos direitos em causa, nomeadamente, direitos essenciais à vida, como o Direito à Saúde; faz-nos pagar direitos que eram gratuitos, serviços gratuitos como é a Saúde, e basta lembrar o aparecimento das taxas moderadoras para operações ou para internamentos e isto é realmente uma desgraça que está a acontecer neste País e que está a acontecer a todos nós. Isto é uma política muito bem concertada pelo Governo, é uma política de destruição do que existe, de criar algo de novo que põe em causa o bem-estar do cidadão. Gostaria de dizer aqui uma coisa muito bem clara, é o papel que o Senhor Presidente de Câmara tem desempenhado nisto tudo. Sem fazer comentários, da parte do Senhor Presidente, gostaria de dizer o seguinte: a Extensão de Saúde da Gesteira só não encerrou porque o Senhor Presidente teve um papel fundamental nisto; eles só não avançam mais rapidamente em Soure porque o Senhor Presidente tem sido um “travão” e isto para darmos ideia do que está a acontecer, isto acontece por todos os Concelhos e depois há quem tenha melhor papel negocial, outros menor, e as coisas vão sendo conseguidas assim. Para encerrar o tema da Saúde, dizer duas situações concretas: o Senhor Director do Centro de Saúde levou-nos a visitar o Centro de Saúde para vermos as condições em que estavam a trabalhar. Quando passámos pela área das antigas Urgências, portanto, aquilo que funciona hoje como Consulta Alargada, encontrei duas situações: estava uma Senhora com uma criança de dois anos ao colo, com uma crise de asma e notava-se bem a crise que a criança estava a ter; esta Senhora, quando nos reconheceu, disse: *“vêm ver as condições, quero-vos dizer uma situação. Ontem vim com esta criança aqui, com uma crise de asma, para levar uma máscara de oxigénio, faltavam três quartos de hora para encerrar o Centro de Saúde, alertei a médica de que teria que esperar um quarto de hora para me dar uma segunda máscara a esta criança porque só à segunda ou terceira máscara é que a crise abranda e a médica respondeu-me que o tempo que eu ali estava à espera, a exigir nova máscara, para me por ao caminho e ir para a Figueira da Foz porque lá davam-lhe as máscaras necessárias porque o Centro de Saúde tinha que fechar”*. Isto foi-me contado junto do Senhor Ferraz, do Dr. Balhau, do Dr. Aníbal e do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Soure e o silêncio foi total porque não tínhamos comentários para tal situação.

A seguir, cumprimentei um Senhor, que é de todos nós conhecido, principalmente de Soure, perguntei-lhe o que estava a fazer. Mal podia falar e disse *“vim cá ontem levar soro, como estava na hora de encerrar disseram que tinha que ir embora e eu fui. De noite*

*20.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

tive que ser levado para o Hospital, esperei quatro horas para ser atendido e paguei de transporte doze contos”.

São dois casos, como outros que falei, podemos aqui juntar muitos mais, ou seja, há aqui dois assuntos, entre muitos, que saltam. Para já, o papel de alguns médicos... os Bancos fecham às 15.00 horas mas até nos deixam entrar até essa hora; a três quartos de hora de encerrar o Centro de Saúde, já não se pode fazer inscrições, isto foi dito e ninguém o negou, já não se pode fazer registos porque o médico tem que sair e tem que se fechar o Centro de Saúde e, depois, vá o utente onde quiser. Na área da Saúde, o 18 e o 19 de médias de entrada na Faculdade de Medicina, não faz disto um bom médico e isto prova-o.

A outra questão que estamos aqui a falar é a situação a partir do momento em que encerra três quartos de hora antes do horário de encerramento do Centro de Saúde, ou seja, a resposta ou a falta dela, que nós temos à noite e isto nós temos que abordar mesmo, é um trabalho de urgência. Esta análise, este juntar vontades, nós temos que o fazer para procurar uma resposta à noite, mais a mais, num Concelho onde as médias que nos encontraram foram divididas por doze meses mas onde as situações de grande carência, de grande necessidade, de emergência ou de urgência são sentidas a partir de agora. Claro que se diminuirmos os meses, a média que temos por noite é muito maior do que se dividirmos por doze meses.

Sobre as Cheias... não há palavras que possam descrever ao que assistimos ontem. Gostava só de fazer um grande reconhecimento ao papel que os nossos Bombeiros Voluntários tiveram naquilo que assisti, naquilo que nos foi dado ver, na intervenção que fizeram ao longo de todo o dia mas também gostaria de dizer, dos responsáveis da Câmara, os Senhores Vereadores, o Senhor Presidente de Câmara, que estiveram presentes nos locais, que poderia ser difícil estar para alguns Autarcas mas que estiveram presentes, dialogaram com as pessoas, que foram coisas extremamente importantes, nomeadamente perante pais e familiares onde havia uma situação de choque perante o que estávamos a assistir mas estiveram, conversaram e deram palavras de apoio, conseguiram, realmente, acalmar os ânimos. O Senhor Vice-Presidente, que até há pouco, andava de botas de borracha a acudir às populações, a ajudar a resolver situações ao lado dos Bombeiros Voluntários e dos funcionários desta Autarquia, que também foram uma parte importante em todo o apoio na tentativa de ultrapassar uma situação que ninguém esperava.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “na primeira intervenção do Prof. Fernando Martinho, a propósito de cheias, ele, falando numa perspectiva nacional e

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

local, disse que devemos todos, cada um à sua escala, retirar ilações, aprender, retirar a lição e perceber que, em termos de Ordenamento do Território, em termos de prevenção, muito há a fazer e, a meu ver, é verdade... De qualquer maneira, gostaria de vos dizer que, no que diz respeito às cheias que habitualmente atingem a parte baixa da Sede do Concelho, elas vieram, curiosamente, evidenciar uma coisa que não foi muito bem entendida no início, que foi a cota dos novos equipamentos do Espaço Multiusos Soure 1111... se repararem, não foi “à toa” que esse projecto teve que ter, entre outros, o Parecer do Ambiente e que nos foi “imposta” uma cota que fez com que muitos dos comentários que, durante a obra, foram desenvolvidos tinham muito a ver com o porquê daquela altura... esta cheia explicou e bem, pois, mesmo tendo sido uma das maiores de sempre, a água não chegou lá...

Relativamente ao que disseram em matéria de Saúde... compreendam que eu, para além da leitura do Comunicado, tenha tido a possibilidade de colocar essas dúvidas e que fique claro que apenas vos retransmiti os esclarecimentos que me foram prestados e não fiz, não assumi, em momento algum, qualquer comportamento de apologia ou de crítica. Limitei-me a procurar retransmitir as clarificações que me foram feitas, com esforço, porque também tive alguma dificuldade em perceber, à primeira, até porque isto tem muita nomenclatura nova e nós não entendemos bem, a não ser os especialistas, o que é que é isto da Consulta Alargada, da Unidade de Saúde Familiar... Se, das alterações, resultar um quadro de resposta menos eficaz no plano social, terão sempre a minha posição crítica contra essas alterações!!!...

Evidentemente que só posso subscrever as palavras dirigidas aos Bombeiros Voluntários... É fácil estarmos a contar, mas com a água a subir, ter essa frieza... portanto, é importante que se sublinhe essa frieza e as decisões que foram tomadas no momento próprio.

Quanto ao acompanhamento dos problemas que as cheias provocaram, os serviços da Câmara foram, de facto, inexcedíveis e importa que o cumprimento dirigido aos Bombeiros Voluntários seja também extensivo aos serviços da Câmara e, particularmente, ao Senhor Vice-Presidente Santos Mota e aos Encarregados.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “relativamente ao acompanhamento psicossocial, informo que ontem, até às 22.30 horas, duas técnicas do Gabinete de Acção Social, a Psicóloga e a Técnica de Serviço Social, visitaram catorze famílias, portanto, aquilo que foi possível. Conversaram não só com as crianças mas com os pais, os avós, com quem estava em casa, no sentido de

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

as fazer falar sobre o assunto, relatar a situação e o que encontraram foram reacções já de alguma calma, alguma serenidade, isto é, fizeram um acompanhamento individual; já acertámos com o Senhor Presidente do Conselho Executivo da Escola no sentido de haver, pelo menos, uma reunião conjunta com todas as crianças que sofreram aquele acidente, o que será considerado um acompanhamento colectivo.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “tive ocasião de transmitir ao Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Soure todo o nosso apreço pelo trabalho meritório que os mesmos desenvolveram. Notei, da parte dele, alguma serenidade na maneira como estava a explicar as situações, o que prova que é um Corpo Activo com um grau de profissionalismo que nos deve orgulhar; não cuidaremos, certamente, estar hoje a abordar as circunstâncias em que tudo ocorreu, acho que o alívio é que não tenha ocorrido porque se tivesse acontecido, a situação era extremamente gravosa para o nosso Concelho e para as nossas famílias, enfim, para os nossos cidadãos. O que é questão para abordarmos aqui hoje é valorizarmos o trabalho meritório que os Bombeiros Voluntários desenvolveram e, certamente, o Senhor Presidente da Câmara cuidará, em nome de todos nós, dar nota disso ao Senhor Comandante e à Direcção dos Bombeiros Voluntários de Soure.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 29.06.2006

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta.-----

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

Ponto 4. EDUCAÇÃO

- . SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
- . PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- . PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CEB

4.1. Participação Familiar - 2006/2007

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na sequência daquilo que já tem vindo a acontecer nos anos anteriores, trata-se de aprovarmos esta tabela de Participação Familiar que, tal como as outras, tem seis Escalões.

Referir que continua a ser uma tabela de grande consciência social e destacava dois pontos: a isenção das famílias que estão integradas no 1.º Escalão e que têm uma capitação até 115,77€, portanto, consideradas famílias com condições socio-económicas muito desfavorecidas; essas famílias estão isentas de qualquer pagamento e no Escalão máximo, aquilo que as famílias vão pagar é 1,38€ por refeição, valor estipulado pelo Ministério da Educação para os refeitórios escolares.”

O Senhor Presidente referiu que: “basicamente, da proposta apresentada, mantém-se esta característica de ser muito menos penalizadora do que a resultante da lei em vigor. O valor máximo, no fundo, é o valor fixado pelo Ministério da Educação, sendo que todos aqueles alunos que, anualmente, vêm as suas candidaturas aos Auxílios Económicos aprovadas também têm benefício, total ou em 50%, exactamente de acordo com o tipo de deferimento que foi dado à sua candidatura aos Auxílios Económicos para o Ano Lectivo em curso.

Aquilo que se propõe é que, para o Ano Lectivo 2006/2007, se aprove esta proposta.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “a minha questão é um pedido de esclarecimento.

É verdade que este reordenamento do Parque Escolar vem criar algumas situações que, evidentemente, com o tempo irão ser clarificadas. Uma delas é que continua a ser responsabilidade do Município os apoios sociais às crianças do 1.º Ciclo.

A minha questão é, da leitura que fiz deste documento, existem duas situações distintas: os alunos que frequentam a Escola do 1.º Ciclo na Encosta do Sol e os

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

outros alunos. Para os alunos que frequentam a EB 1/2 de Soure, os do 1.º Ciclo, têm dois Escalões de apoio, o Escalão A e o Escalão B, enquanto que na proposta que aqui apresenta, os outros alunos que frequentam as outras Escolas têm seis Escalões, portanto, vão pagar diferenciadamente consoante o Escalão em que são inseridos. A questão é: poderá ocorrer alguma situação de desigualdade entre os alunos porquanto um aluno que frequenta a Escola de Paleão, por exemplo, paga X enquanto o que frequenta a Escola do 1.º Ciclo de Soure paga uma quantia diferente sendo que as captações são iguais.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Treno respondeu, dizendo: “efectivamente, poderíamos adoptar para todos os alunos do 1.º Ciclo os mesmos procedimentos dos alunos que usufruem do refeitório da EB1/2. Estes utilizam o refeitório exactamente nas mesmas condições dos seus colegas de 2.º Ciclo. Os alunos do 1.º Ciclo têm estado integrados nesta tabela à semelhança do Pré-Escolar. Mas, realmente, estando aqueles alunos na Escola EB 1/2, a usufruir das mesmas condições do 2.º CEB, eles foram integrados e houve orientações nesse sentido, de que eles devem usar o refeitório exactamente nas mesmas condições dos seus colegas de 2.º Ciclo. Assim, eles pagam directamente a senha na Escola, sendo que os alunos abrangidos pelos serviços de Acção Escolar, se estão no escalão A, o pagamento é feito integralmente pela Autarquia. De acordo com as Normas do Ministério da Educação - 1,38€ + 0,22€, portanto, 1,60€; os alunos integrados no Escalão B passam 0,69€ e a Autarquia paga 0,91€, que são 0,69€ + 0,22€. Ajustou-se a estas crianças este procedimento pelo facto de estarem a frequentar outro tipo de Escola. Digamos que, em termos práticos, a adoptarmos este sistema, os alunos que estão na EB1 de Sobral ou Simões, não têm exactamente as mesmas condições, é um funcionamento prático de ordem diferente.

Em termos da possível desigualdade que o Senhor Vereador aponta, podemos afirmar que esta tabela prevê que aqueles que têm uma situação socio-económica mais desfavorecida também não pagam qualquer valor, portanto, há aqui o Escalão de Isenção, à semelhança do que acontece com os alunos do Escalão A. A diferença que existe, neste momento, tem a ver com o facto de haver alunos, pela primeira vez, a usufruírem de outro tipo de condições, que é o facto de frequentarem aquela Escola com refeitório integrado. Mas é um processo a acompanhar e a avaliar durante este Ano Lectivo.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

4.2. Acordos de Cooperação - 2006/2007

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na sequência do que tem vindo a decorrer nos anos anteriores, naturalmente que para garantirmos o serviço de refeições, temos que subprotocolar com outras Instituições do Concelho, designadamente IPSS’s, no que se refere à confecção das refeições e ao acompanhamento dos alunos durante as refeições e também nalgumas situações no acompanhamento do Complemento de Horário. Aqui, a proposta para este ano, será o de manter os valores que já aprovámos o ano anterior, isto é, 1,45€/refeição e 280,00€/mês pelo serviço de acompanhamento.”

O Senhor Presidente referiu que: “no fundo, tem a ver com a fixação de valores para as parcerias que estão directamente envolvidas no âmbito do Sistema de Apoio à Família, que têm a ver com refeições e com a eventual disponibilização de Recursos Humanos.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----

Ponto 5. EDUCAÇÃO

- . PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB
- Acordo de Cooperação - Protocolo (Tipo)**

O Senhor Presidente referiu que: “com o Alargamento do Programa de Generalização do Ensino de Inglês a Outras Actividades de Enriquecimento Curricular... quando era apenas a questão de ensino do Inglês, tínhamos um Protocolo-Tipo e agora é como que aprovar um outro Protocolo com outro tipo de Acordo de Cooperação que sustente as parcerias que permitam implementar este Programa de Generalização não apenas ao Inglês, mas também às outras Actividades de Enriquecimento Curricular.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “no fundo, aquilo que aqui se propõe é o Acordo Tipo que já se pressupõe naquele Acordo que aqui aprovámos entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Soure e que foi homologado pela Direcção Regional de Educação do Centro. Neste Acordo já prevíamos o vir a subprotocolar, com Instituições do Concelho, exactamente estas situações que aqui são contempladas, designadamente o transporte de alunos, a

*20.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

disponibilização de recursos humanos para acompanhamento dos alunos enquanto frequentam as Actividades de Enriquecimento Curricular e também a disponibilização de professores de algumas actividades sempre que esse serviço já estivesse a ser prestado em anos anteriores, naturalmente, por professores devidamente qualificados.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “relativamente a esta proposta, não posso deixar, mais uma vez, de referir que o apoio às famílias é fundamental, aliás, está na Constituição que o Estado deve apoiar as famílias para que elas tenham e consigam dar uma Educação condigna aos filhos. Todavia, continuo a pensar que este Protocolo, celebrado com o Ministério da Educação, é um Protocolo muito bom para o Ministério da Educação, muito mau para as Autarquias; na altura referi isto, acho que as Autarquias ficam a perder porquanto vão expender é muito mais do que aquilo que vão receber e é uma situação que não está a ser fácil de resolver em muitos Municípios mas que nos deve fazer uma reflexão sobre o que se passa no nosso Município. Contudo, em relação a este Protocolo e porque entendemos que a qualidade, não obstante as dificuldades que entendemos que possam ser geradas por toda esta situação, deve estar sempre presente e vou colocar duas questões.

A primeira é, estes 280,00 euros/mês, que já estavam previstos na proposta anterior, são feitos em função de quê? Por turma? Por Instituição? Porque se for por turma, entendo mas não está explícito. Se for por Instituição, pode criar alguma desigualdade entre as Instituições porque se uma der apoio a dez alunos vai receber 280,00 euros e outra, se der apoio a vinte, receberá os mesmos 280,00 euros.

A outra questão é que este Protocolo “subdelega” a contratação de professores pelas Instituições. A minha questão é, seja qual for a forma de contratação dos professores, acho que é importante que esteja salvaguardado o que está estabelecido pelo Ministério da Educação no que diz respeito ao perfil exigido para esses professores. Como é que vai ser feita essa articulação entre o primeiro outorgante e o segundo outorgante, garantindo essa qualidade, não esquecendo, evidentemente, o papel de controlo que o Agrupamento de Escolas terá nestas circunstâncias.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “relativamente ao primeiro ponto, os 280,00 euros é por funcionário/Instituição e foi resultante de reuniões com as próprias Instituições. Se, por exemplo, há entre vinte a vinte e cinco alunos, a Instituição disponibiliza um funcionário; se são quarenta alunos já serão dois funcionários.

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

Relativamente à questão concreta dos professores, tal como é referido, só se faz esse acordo, em situações que já estivessem a ocorrer em IPSS's do Concelho, para que a Instituição não tivesse que prescindir desse professor e, naturalmente, se esse professor tivesse a habilitação considerada adequada pelo Ministério da Educação. Tal como os outros, esses professores têm que apresentar o Certificado de Habilitações, o seu Currículo. Aliás havia Instituições que tinham aulas de música mas cujos professores não tinham a habilitação considerada adequada. Estes casos não são considerados. Todos os professores que estão colocados para as quarenta turmas de Actividades de Enriquecimento Curricular, têm habilitação adequada, isto é, são licenciados e há casos em que não têm a Licenciatura mas têm o curso do Conservatório, naturalmente, os professores de Música.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o meu colega disse que este era um Protocolo que, na perspectiva dele, era “gravoso” para as Autarquias. Eu nem quero acreditar que o Governo queira fazer mal às Autarquias, é uma coisa que só de falar nisso me faz ficar com problemas de consciência, de resto, a Lei das Finanças Locais clarifica, claramente, esse apoio frutuoso que se advinha para as Autarquias mas, de qualquer maneira, só para ter uma ideia, antes de aprovar esta proposta, quanto é que um Protocolo desta natureza custa ao Município de Soure, além daquilo que são as verbas que, certamente o Governo, em boa altura, dará ao Município de Soure?”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “a propósito das observações do Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho, constata-se que este é mais um bom exemplo de uma saudável medida nacional, de um qualquer Governo, mas que sendo saudável e sendo meritória, assenta muito nas Autarquias sem uma adequada transferência de meios. Agora a questão é que não poderíamos deixar de aderir!!!... Tem vindo a ser feita a avaliação possível do impacto da adesão... de acordo com a mesma o “défice” poderá atingir os 100.000,00 euros... este é um valor estimado ainda com pouco rigor, pois além de se tratar de uma saudável medida nacional que assenta, em muito, nas Autarquias sem a tal adequada transferência de meios, ainda tivemos que ter um outro cuidado acrescido, decorrente do facto de que muitas destas respostas estavam já a ser dadas, de forma avulsa, por algumas IPSS's e se a Câmara Municipal resolvesse “abraçar” a medida, à sua revelia, ignorando as respostas pré-existentes poderíamos, não apenas estar a criar uma ambiência de competitividade “bacoca”, mas, estaríamos a deixar ainda mais atrapalhadas as próprias IPSS's...”

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

Quer dizer, no Concelho de Soure não partimos, exactamente, do zero, daí o quadro de dificuldade acrescida... portanto, há aqui uma situação em que “corro o risco” de, ao contrário do que é normal em mim até como economista, ter avançado um número que tem muito de intuitivo porque ainda não foi possível objectivar/quantificar estas condicionantes muito particulares.

Aliás, desejo que o número se venha a revelar significativamente inferior...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “percebo isso e, de qualquer maneira, se é bem verdade que as Autarquias não podem ser testantes em situações de entreatajuda ao nível das administrações... é bom neste país termos interessantes ideias e depois pedirmos a outros que as paguem, isto é uma situação interessante, de qualquer maneira é compreensível que da parte do Município de Soure exista o despoletar de todos os processos que permitam que as nossas crianças sejam alvo deste tipo de Protocolos porque estamos a valorizar os Recursos Humanos que é aquilo que mais devemos defender pelo futuro.

De qualquer maneira, em relação às verbas que a Câmara Municipal de Soure irá disponibilizar para isto, os 100.000,00 euros, é uma verba avantajada e eu não me irei esquecer desta verba porque é semelhante, mais ou menos, às verbas que o PIDDAC atribuiu ao Concelho de Soure.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente Acordo de Cooperação - Protocolo (Tipo).

Ponto 6. CULTURA

. IV CICLO DE TEATRO DO CONCELHO DE SOURE/2006

O Senhor Presidente referiu que: “o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento aprovados para 2006 prevêem, no âmbito cultural com uma rubrica independente, um investimento na realização de um Ciclo de Teatro.

Recordo que este Ciclo de Teatro, sempre que desenvolvido, tem tido um papel fundamental que não se esgota no Teatro enquanto expressão cultural, mas que tem tido um papel muito grande, até pela escolha dos locais onde têm decorrido as acções, em termos de aproximação do Concelho e reforço da sua coesão social.

O que está em causa é que se aprove o Programa e que se autorizem as correspondentes despesas.”

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “basicamente a proposta diz os objectivos que estão subjacentes a esta iniciativa e o Senhor Presidente já os referiu. Penso que, sobretudo este Ciclo de Teatro iniciou um processo muito interessante de descentralização e que levou também à criação dinâmica das próprias Associações e como exemplo bastante concreto, as Associações, designadamente das Freguesias de Degracias e de Pombalinho que, pela primeira vez, tiveram uma peça de Teatro nas suas Sedes, passaram eles próprios, todos os anos, a solicitarem a presença de Grupos de Teatro e outros Grupos Culturais do Concelho como Filarmónicas, Grupos Musicais e passaram a abrir as suas portas à comunidade, muito mais vezes.

O facto deste Ciclo de Teatro ser descentralizado por todas as Freguesias e pelas diferentes Associações levou/estimulou essa dinâmica e temos exemplos concretos e interessantes da descentralização.

Penso que, acima de tudo, para os Grupos de Teatro do Concelho é uma forma de lhes dar visibilidade e de fazer com que eles mostrem realmente o trabalho extremamente interessante e meritório. O Teatro, sobretudo em termos de formação pessoal é uma actividade extremamente interessante, pedagógica e aliciante que envolve muita gente no Concelho, designadamente, muitos jovens.

Devo dizer que dois dos Grupos de Teatro estão a apostar muito na formação de Teatro Infantil, o que nos parece extremamente interessante, que é inculir o gosto pelo Teatro de forma mais precoce.

Relativamente ao programa, desenvolve-se entre 18 de Novembro e 10 de Dezembro, sendo que as Freguesias onde irá ocorrer são Alfarelos, Degracias, Gesteira, Pombalinho, Samuel e Soure.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “evidentemente que esta actividade merece-nos toda a consideração, todo o agrado porquanto não só uma actividade cultural como envolve muito dos nossos jovens numa ocupação dos tempos livres que a todo o tempo e ocasião é saudável, eu próprio acompanho com alguma proximidade o trabalho de alguns destes Grupos de Teatro, especialmente um, e vejo com muito agrado a existência deste Ciclo de Teatro.

Acho também que esta oportunidade devia ser aproveitada e as fórmulas quando são boas devem-se repetir mas, evidentemente, que se tem que sempre introduzir algumas mais valias e, portanto, a sugestão era que também fosse introduzida alguma componente de formação, um Workshop que nesta altura pudesse motivar as pessoas para uma formação, o que é sempre bom. Outra coisa que me parece interessante era trazer ao Concelho um grupo, não amador, mas com

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

profissionalismo para se poder fazer o contraponto e para que pudesse haver uma comunicação de saberes entre o profissional e o amador de forma a que a qualidade e o futuro ficassem assegurados neste Grupos do nosso Concelho que tão meritório trabalho desenvolvem.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno respondeu dizendo: “como deve imaginar, já houve alguma formação promovida pela Autarquia e está prevista mais formação para um futuro próximo. Relativamente à vinda de outros Grupos, foram também estabelecidos contactos, designadamente a nível do INATEL precisamente para que haja esse intercâmbio mas devo dizer que parte dos Grupos de Teatro do Concelho se integram também no Ciclo de Teatro do INATEL, alguns participando, outros recebendo, nas próprias sedes; eles próprios tomaram essa iniciativa o que é importante.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----

Ponto 7. HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CASAS MORTUÁRIAS - DAS FREGUESIAS
- Participações/2006 (1)

HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO

/ CASAS MORTUÁRIAS

DAS FREGUESIAS

Participações // 2006 - (1)

Proposta

ENTIDADE	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL
Junta de Freguesia de Vinha da Rainha	10.000 €

O Presidente
(João Gouveia, Dr.)

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

2006.10.24

e

Assunto: HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO
URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CASAS MORTUÁRIAS
CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO - DAS FREGUESIAS
CASA MORTUÁRIA DE QUEITIDE

A obra acima referida foi executada em duas fases:

- 1.ª Fase: movimento de terras, estrutura de betão armado, alvenarias cerâmicas, cobertura e execução das redes técnicas.
- 2.ª Fase: pavimentos, revestimentos, louças sanitárias, caixilharias, iluminação e mobiliário.

O investimento correspondente aos trabalhos da primeira fase ultrapassou ligeiramente os 25.000,00 € (vinte cinco mil euros).

Os trabalhos complementares de execução da obra - 2.ª fase - orçaram em 20.000,00 € (vinte mil euros); assim sendo o investimento final foi de sensivelmente 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros).

À Consideração Superior,
Rui Fernandes - Arq.º
20 Outubro de 2006

O Senhor Presidente referiu que: “a Casa Mortuária de Queitide está praticamente concluída... o investimento ultrapassou o valor dos 45.000,00 euros previstos, que tinha tido, numa primeira fase, uma aprovação de 25.000,00 euros de apoio, já transferidos.

Assim, agora é proposto que se aprove um apoio adicional no valor de 10.000,00 euros.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente. -----

Ponto 8. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
• CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS
• EE em Gabrielos - Granja do Ulmeiro
- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE - REDE DE ESGOTOS
CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS
EE EM GABRIELOS - GRANJA DO ULMEIRO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por despacho de **08.09.2005**, tendo o mesmo sido ratificado em reunião do executivo de **14.09.2005**, à empresa **Construções Aquino & Rodrigues, SA**, pelo valor de **64.792,48€**, acrescido de IVA, tendo atingido o valor de 67.211,24€, devido a trabalhos a mais aprovados em reunião do executivo de 11.05.2006.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
20.10.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e duas (2) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 9. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Foral - Recursos Humanos – Formação / SIG**
- Implementação do Projecto SIG**
- Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS
FORAL - RECURSOS HUMANOS - FORMAÇÃO
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO SIG
ADJUDICAÇÃO

Por despacho de 04.10.2006, ratificado por deliberação camarária de 19.10.2006, foi decidido recorrer à figura da consulta prévia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06, como procedimento prévio a aquisição do serviço acima referido.

Das cinco empresas consultadas, apenas duas apresentaram propostas, tendo, porém, a comissão deliberado excluir a empresa Novageo II - Análise e Desenvolvimento de Sistemas, SA, nos termos da

**20.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006**

alínea b) do n.º 4 do artigo 152.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de Junho, uma vez que a proposta não foi instruída com todos os documentos exigidos no convite (documentos referidos nas alíneas g) e h) do n.º 2 do “Anexo A - Especificações”).

A única empresa admitida a concurso foi a Municipia - Empresa de Cartografia e Sistema de Informação, SA, que respondeu ao solicitado e apresentou uma proposta no valor de 25.700,17€, inferior ao valor estimado, pelo que a Comissão propõe a adjudicação do presente fornecimento àquela empresa.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

Face ao acima referido, sugerimos a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. **Dispensa da audiência previa** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. **A adjudicação do presente fornecimento à empresa Municipia - Empresa de Cartografia e Sistema de Informação, SA, no valor de 25.700,17 euros (valor isento de IVA).**

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
23.10.2006

O Senhor Presidente referiu que: “é proposto que se aprove a ratificação do Despacho de adjudicação da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos. -----

Ponto 10. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . **Foral - Recursos Humanos – Formação / DIQUAL QASST
Implementação e Certificação dos Sistemas de Gestão Qualidade,
Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho
- Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS
FORAL - RECURSOS HUMANOS - FORMAÇÃO - DIQUAL QASST
IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO
QUALIDADE, AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

ADJUDICAÇÃO

Por despacho de 06.10.2006, ratificado na reunião da Câmara Municipal de 19.10.2006, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, independente do valor, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, como procedimento prévio a aquisição dos serviços acima referidos.

A empresa consultada, AIP - Associação Industrial Portuguesa, respondeu ao solicitado, tendo apresentado uma proposta no valor de **91.438,14 euros** (IVA incluído), que se encontra dentro dos valores aprovados no âmbito da candidatura submetida à última Unidade de Gestão, do PO Centro.

É obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é superior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

Face ao acima referido, sugerimos a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. **A adjudicação do presente fornecimento à empresa AIP - Associação Industrial Portuguesa, no valor de 91.438,14 euros.**

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
23.10.2006

O Senhor Presidente referiu que: “é proposto que se aprove a ratificação do Despacho de adjudicação da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos. -

**Ponto 11. SUSPENSÃO DE MANDATO
. Apreciação de Pedido**

O Senhor Presidente referiu que: “deu entrada na Câmara Municipal um pedido de Suspensão de Mandato, por um período de 120 dias, do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa. Como sabem, a lei prevê, em determinadas condições, a possibilidade de qualquer membro de um órgão de uma Autarquia Local apresentar um pedido de suspensão, o qual é enviado ao Presidente e deverá ser apreciado no

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Outubro de 2006*

plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação, como aliás foi solicitado.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “conforme é enunciado no texto que tive ocasião de remeter à Câmara Municipal, nos próximos quatro meses dificilmente conseguirei garantir a continuidade das vindas às Reuniões de Câmara. Os motivos profissionais que aqui aludo impedem-me de garantir regularidade, o que tem sido apanágio de todos nós e, portanto, a perspectiva de poder vir a uma e não poder vir a outra e faltar a mais duas, dá ideia de Vereador intermitente que é uma coisa que eu nunca desejarei ser, por isso este pedido de suspensão por 120 dias depois de obter a autorização da Câmara Municipal.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o pedido de Suspensão de Mandato. -----

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa não participou na votação. -----